

PORTE VELADO DE ARMA DE FOGO: IMPACTO NA EFICIÊNCIA E SEGURANÇA DO POLICIAL MILITAR NO HORÁRIO DE FOLGA

SILVA, Alex Henrique Rocha¹

GOMES, Moisés Ferreira²

RESUMO

Portar uma arma fora do horário de serviço oferece segurança ao policial e pode contribuir para a prevenção de crimes. No entanto, isso também implica riscos, como o potencial uso indevido, perigo para familiares e a necessidade de permanecer constantemente em alerta. O presente artigo tem como objetivo geral relacionar o porte velado de arma de fogo com os índices de mortes policiais fora de serviço. Foram realizadas pesquisas teóricas, incluindo pesquisa bibliográfica e documental, além da coleta e análise de dados quantitativos por meio de questionários aplicados a policiais ativos da PMGO na região metropolitana de Goiânia. Os temas abordados incluíram o uso de armas fora do serviço, frequência de treinamentos, equipamentos, experiências em horário de folga e opiniões sobre mudanças no Procedimento Operacional Padrão (POP). Após a coleta de dados, iniciou-se a análise dos resultados quantitativos. A pesquisa revelou a diversidade nas práticas e percepções dos policiais da PMGO em relação ao uso de armas fora do serviço. Destaca-se a variação na frequência de treinamento, preferências de equipamentos e na avaliação do POP. A necessidade de investir em programas de treinamento abrangentes é ressaltada, especialmente diante do desafio financeiro. A complexidade da percepção de risco, influenciada pela natureza da atividade policial e porte de armas, destaca a importância de diretrizes específicas para situações de injusta agressão fora do serviço, sugerindo a revisão do POP. Considerar as opiniões dos policiais ativos é fundamental para a atualização eficaz das políticas operacionais, contribuindo para a segurança e eficácia em situações críticas.

Palavras-chave: Eficiência Policial. Segurança Pública. Legítima defesa. Procedimento Operacional Padrão.

ABSTRACT

Carrying a weapon outside of duty hours provides security to the police officer and may contribute to crime prevention. However, this also entails risks, such as potential misuse, danger to family members, and the need to remain constantly vigilant. This article aims to correlate concealed carry of firearms with off-duty police death rates. The study involved theoretical research, including literature and documentary review, along with quantitative data collection and analysis through surveys administered to active PMGO officers in the metropolitan region of Goiânia. Topics covered included firearm use off-duty, training frequency, equipment preferences, off-duty experiences, and opinions on changes to the Standard Operating Procedure (SOP). After data collection, the quantitative results were analyzed, revealing diversity in practices and perceptions among PMGO officers regarding off-duty firearm use. Variability was noted in training frequency, equipment preferences, and SOP assessment. The

¹Aluno do Curso de Formação de Praças – 1 Turma/2023 – do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, alexhenrique751@gmail.com; Goiânia-GO, outubro de 2023.

²Orientador: Bacharel em Administração de empresas, Pós-Graduado em Educação Ambiental; Goiânia – Go, Outubro de 2023.

need for comprehensive training programs is emphasized, especially in the face of financial challenges. The complexity of risk perception, influenced by the nature of police work and firearm possession, underscores the importance of specific guidelines for situations of unjust aggression off-duty, suggesting SOP revision. Considering the opinions of active-duty officers is crucial for the effective update of operational policies, contributing to safety and efficiency in critical situations.

Keywords: Police Efficiency. Public Safety. Legitimate Defense. Standard Operating Procedure.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca aferir o impacto do porte velado de arma de fogo na eficiência da atuação Policial Militar no horário de folga, tendo em vista que portar uma arma de fogo é algo complexo que envolve grande responsabilidade e requer contínuo treinamento. Portar uma arma de fogo em horário fora de serviço significa que o policial pode estar suscetível a inúmeras situações. Estar com seu armamento pode gerar mais segurança ao operador, corroborando também para a prevenção de crimes, no entanto manusear o armamento fora do horário de serviço pode ter como consequência o risco de uso indevido pelo policial, risco para os familiares ou companheiros do agente de segurança, bem como requer que esteja sempre em alerta.

Diante das situações elencadas vale mencionar dados levantados sobre a vitimização policial pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em sua 17ª edição. Através de dados fornecidos pelas Secretarias de Segurança Pública (SSP) dos estados, constata-se que no ano de 2022, morreram no Brasil 254 policiais, entre civis e militares, dos quais 172 assassinados e 82 por suicídio. Dentre os assassinados, 7 a cada 10 estavam fora de seu horário de serviço. O mesmo relatório anual revela que, no Brasil, morrem mais policiais militares do que civis. Conforme a pesquisa, em 2022, a vitimização letal de policiais civis foi de 3 baixas em serviço e 20 fora de serviço, enquanto a de policiais militares foi de 18 baixas em serviço e 105 fora dele.

Com isso, pode-se observar, na contextualização do tema proposto, a importância do treinamento do policial militar para atuação fora do serviço, tendo em vista que as chances de sofrer um ataque letal é bem maior. Para a autoproteção policial, ter domínio sobre conhecimentos aplicados ao porte de arma de fogo velado e sua eventual aplicação se faz de suma importância no que tange às situações de vida ou morte. Assim, o presente artigo traz os seguintes questionamentos: Qual a importância do treinamento policial militar para atuação em horários de folga? Qual a relação dos equipamentos e técnicas aplicadas com a eficiência de

uma reação à paisagem? A maior parte das mortes policiais em horário de folga se relaciona com falta de treinamento/instruções? Para responder às questões, foram examinadas pesquisas, artigos e textos publicados no período de 2010 a 2022. Estas datas foram selecionadas devido à necessidade de definir um intervalo específico, a fim de evitar a coleta de dados inadequados e não pertinentes, e para embasar este estudo com informações recentes, além da aplicação de questionários aos Policiais Militares da ativa.

Dessa forma, o estudo se faz importante para a Polícia Militar do Estado de Goiás, pois tem como escopo fomentar a produção de conhecimento acerca dos procedimentos de emergência que devem ser adotados pelos policiais militares em horário de folga, aprimoramento da política de segurança, corroborar o treinamento e preparação, avaliar o impacto causado na sociedade e ainda, contemplar a importância do aprimoramento de equipamentos utilizados pelo operador de segurança, com vistas à diminuição dos altos índices de vitimização policial.

O presente artigo tem como objetivo geral relacionar o porte velado de arma de fogo com os índices de mortes policiais fora de serviço. Os objetivos específicos são: apresentar o histórico de vitimização policial fora do serviço, evidenciar os tipos de porte de arma de fogo, coldres e equipamentos relacionados, constatar a importância de buscar conhecimento e novas técnicas de defesa pessoal e autoproteção, levantar dados sobre a atuação policial fora de serviço dos policiais dos municípios da região metropolitana de Goiânia.

A metodologia adotada será revisão bibliográfica de literatura e bases de dados sobre segurança pública, bem como uma pesquisa quantitativa que será feita através de um questionário aplicado a policiais da ativa lotados na região metropolitana de Goiânia.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 VITIMIZAÇÃO POLICIAL FORA DE SERVIÇO

Não é recente o monitoramento de dados de mortes policiais no Brasil, em 1988 a primeira pesquisa de vitimização, publicizada largamente, foi um suplemento incluído na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Mais tarde em 1996, o Governo Federal criou medidas incluindo os Direitos Humanos, além de incluir nesse rol os agentes de Segurança Pública de modo geral. Porém tais medidas não têm se mostrado eficazes visto que a letalidade de agentes policiais não diminuiu efetivamente.

Nesse sentido, segundo a 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), foram registradas, no Brasil, em 2022, 246 mortes policiais, das quais 225 foram em confronto

ou lesão natural fora de serviço. Com isso temos mais de 90% dos casos de vitimização policial estando em horário de folga. Nesta edição foi traçado também o perfil das vítimas: Os policiais militares que foram assassinados eram, em sua imensa maioria, homens (98,4%) negros (67,3%) e principalmente na faixa entre 40 e 44 anos. O que revela que os policiais experientes foram os mais vitimados (ABSP, 2023)

Conforme evidencia o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o histórico de mortes policiais militares em Goiás tem mostrado um crescimento de 2011 a 2016 e de 2016 a 2021 uma pequena redução, mas algo ainda inexpressivo. Conforme o gráfico a seguir:

Além disso, dados do repositório de conhecimento do IPEA revelam que 85% dos policiais mortos e 55% dos feridos no estado, entre os anos de 2009 e 2015, foram vítimas enquanto estavam “fora de serviço”, em Goiás.

Com isso percebe-se a necessidade de um maior amparo estatal, principalmente no que se refere a melhor preparação, instrução e equipamentos adequados, visto que, os agentes de segurança pública encontram-se desamparados quando em momento de folga (MELLO; NUMMER, 2015).

2.2 CARACTERÍSTICAS DO COMBATE FORA DE SERVIÇO

O treinamento para uma reação policial fora de serviço é de suma importância, visto que não se pode prever quando irá acontecer, mas se pode estar preparado para a maioria das situações que são comuns no cotidiano do policial de folga. Sabe-se que os tipos de ocorrências mais comum nesse sentido são: reação a roubos em estabelecimentos comerciais ou a veículos de terceiros ou até mesmo do próprio policial.

Com isso, vale destacar as características do combate velado segundo o banco de dados do FBI - Federal Bureau of Investigation, de 2018, o qual revela que, dos confrontos policiais registrados naquele ano, 85% foram em até 06 metros de distância do oponente, 85% em até 3 segundos para reação em tempo hábil, 40% dos policiais envolvidos estavam a mais de 3 anos sem treinar, 90% morreram em arrebato de arma e 98% não utilizaram aparelho de pontaria. Portanto percebe-se que o combate velado é muito rápido, aproximado e impreciso, corroborando a tese de que o treinamento, bem como o uso de equipamentos adequados e um saque rápido da arma de fogo pode ser a decisão entre a vida e a morte.

Diante de um confronto iminente, os sentidos naturais do corpo humano são distorcidos, principalmente em uma situação de grande adrenalina sendo liberada. Conforme um estudo do American Institute of Stress – AIS, quando nos deparamos com algo aterrorizante nosso corpo

reage com a liberação de hormônios responsáveis por duas reações imediatas principais: Lutar ou Fugir. O conceito de luta ou fuga foi descrito pela primeira vez em 1920 pelo então fisiologista Walter Cannon.

A reação de Luta ou Fuga acontece por uma questão de fisiologia histórica, herdada de nossos antepassados que tinham ameaças físicas presentes de forma corriqueira em seu cotidiano. Fortes estímulos externos como medo, raiva ou euforia, fazem com que nosso corpo descarregue uma grande produção de adrenalina, que por sua vez desencadeiam as reações de luta ou fuga, gerando aumento dos batimentos cardíacos, pressão arterial, dilatação das pupilas, aumento de glicose na corrente sanguínea, e consequente aumento de força, tremores, visão de túnel e etc.

Dessa forma, para estar preparado para o combate sob tais influências tanto externas quanto fisiológicas, ter um condicionamento psicológico forte assume um importante papel quando se fala em uma reação armada. Ademais, o condicionamento mental, alinhado com habilidades de tiro e manuseio eficiente do armamento formam o conceito da Tríade do Combate de Jeff Cooper.

Cooper inovou também ao elencar, através de um código de cores, os diferentes tipos de alerta do operador de segurança pública, de acordo com variados tipos de situação. Este sistema, que é amplamente adotado por forças policiais do mundo todo, é esmiuçado pela obra de Tom Givens, *State of Awareness, the Cooper Color Codes* (2014). Segundo a obra a atenção deve ser classificada em 4 níveis de alerta:

BRANCO: O operador está relaxado e desatento, este nível de alerta apenas é seguro quando o policial estiver em casa ou em um ambiente seguro e controlado.

AMARELO: O operador está relaxado, porém atento a o que acontece ao seu redor, é nesse nível de atenção que deverá se encontrar a maior parte do tempo, pois não necessita de tanto esforço mental, mas também pode fazer com que possa se antecipar a um possível ataque.

LARANJA: Ao reconhecer algo fora do comum no ambiente em que se está inserido, deve-se voltar sua atenção para ela, mas de modo que não deixa de varrer o restante do local, a fim de avaliar um potencial fator de risco. São exemplos clientes que entram usando capacete em estabelecimento comercial.

VERMELHO: Ao identificar uma ameaça, o operador de segurança deve estar em estado de prontidão para agir. Uma forma de se preparar para um possível confronto é criar um gatilho mental para definir o momento de agir, como por exemplo um determinado gesto do oponente, como levar a mão na cintura.

Jonh Boyd, piloto da força aérea Americana, criou um sistema amplamente usado não só pelas forças de segurança pública, mas também em diversas áreas de conhecimentos. O Ciclo OODA (Observar, Orientar, Decidir, Agir) tornou-se um marco quando se fala em defesa pessoal ou autoproteção. O sistema consiste em:

Observar: O policial está atento ao que acontece ao seu redor, seu objetivo é coletar informações sobre possíveis ameaças como faca, arma de fogo ou agressores, bem como possíveis abrigos para um futuro confronto.

Orientar: Com as informações coletadas o policial define objetivos e prioridades, para assim tomar uma decisão e como se portar no ambiente. Fatos a serem considerados são: distância dos agressores, quantidade de pessoas próximas e se há tempo para um saque rápido e resposta eficaz.

Decidir: Ao ter em mente as opções observadas, o policial deve decidir qual é a melhor para colocar em prática tendo em vista o risco próprio ou de terceiros. Eleger a conduta a ser tomada impede que o policial hesite, ou seja, fique inerte aos acontecimentos.

2.3 PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO

Neste contexto, é importante destacar o Procedimento Operacional Padrão (POP) 4 edição (2023). O POP é um documento interno da PMGO, desenvolvido por diversos conhecedores da área policial e tem como objetivo padronizar a conduta dos policiais atuantes desta instituição, fazendo com que melhore a prestação operacional dos policiais e garantindo assim mais segurança para ele e corroborado um melhor atendimento à população em geral. Quando se fala em atuação policial fora de serviço o POP 4 edição apresenta uma lacuna em relação à previsão de um procedimento específico para atuação do policial militar quando sofre um atentado fora de serviço. O Procedimento Operacional apenas prevê possibilidades de atuação em horário de folga quando a integridade de terceiros é ameaçada, em seu procedimento 305.01 (Atuação do policial militar de folga em infração penal). Desse modo, visto que a jornada mais comum na Polícia Militar de Goiás é de 24/72 horas, percebe-se que o PM trabalha um dia um para 3 dias de folga, ou seja, passa apenas 3/4 do seu tempo de folga. Tendo em vista a necessidade de adequação do POP faz-se necessário uma implementação de conteúdo pela PMGO. Diante disso, Santos (2021) enfatiza que é importante que os policiais militares na fase de formação inicial ou continuada, sejam expostos a vários exercícios que estimulem a capacidade de reconhecer padrões para estimular a consciência situacional, como também diminuir o tempo de resposta a ações violentas.

2.4 PORTE VELADO

Conforme preconiza o manual de tiro policial da Polícia Militar de Goiás, o tipo de porte do armamento faz um importante papel no combate urbano, pois confere mais agilidade ao policial. Os tipos de coldre também corroboram com mais segurança ao portar a arma e ao sacá-la também.

2.4.1 Tipos De Porte

No que se trata de combate velado insta mencionar os tipos de porte mais usados atualmente, bem como os tipos de coldre e outros equipamentos que auxiliam o operador de pistola a ter mais eficiência no combate. Segundo o manual de tiro policial da Polícia Militar de Goiás, 2023, para garantir uma reação rápida ao portar uma arma de fogo fora do horário de serviço, o equipamento deve estar nas mesmas condições que normalmente se encontra quando utilizado ordinariamente, ou seja, “quente”. Além disso, vale ressaltar que utilizar o mesmo armamento também colabora com uma reação eficaz pois o operador já tem familiaridade com o armamento. Com isso, o manual menciona os tipos de porte que são:

Porte discreto: Empregado por seguranças de autoridade ou policiamento em traje civis, o coldre normalmente é externo, porém coberto por uma peça de roupa como paletó ou jaqueta.

Porte velado: Mais comum usado em horários de folga, a pistola fica geralmente na cintura colocada em um coldre velado.

Porte secreto: a arma fica em lugares menos comuns, como bolsa, perna, dentro da manga de jaqueta, região peitoral entre outros. É menos utilizado pois dificulta o saque, fazendo com que seja mais demorado.

2.4.2 Tipos De Coldre

Atualmente, há no mercado Brasileiro diversos tipos de coldres, como de Neoprene, Kydex, Nylon e couro. Insta mencionar os principais tipos para o porte velado, tendo em consideração o objetivo da pesquisa. Para escolher o melhor tipo de coldre deve-se levar em consideração 2 aspectos importantes: Clipe e Material de fabricação.

O clipe serve para afixar o coldre no cinto da calça, fazendo com que tenha firmeza e não seja retirado facilmente, os coldres de Neoprene e Nylon geralmente têm um clipe de fixação fraca, o que pode fazer com que saia da vestimenta juntamente com a arma em um saque emergencial, não trazendo segurança ao operador.

O material de fabricação deve ser rígido, pois ao sacar o armamento o coldre não “amassa” no corpo, permitindo assim um coldreamento mais fácil após o uso da pistola. Os

coldres de Neoprene, nylon e alguns de couro possuem essa característica, portanto não são recomendados.

Assim o melhor coldre é aquele que tem uma boa fixação na vestimenta, através de um clipe eficiente, e seja fabricado em material rígido, o que garante que a arma fique fixa e dificulte seu arrebatamento, e também facilite o coldreamento.

2.4.3 Tipo De Arma

Para escolher o tipo de arma para porte velado algumas características devem ser lavadas em consideração. Pistola deve ter um tamanho adequado ao porte físico do operador, para que possa ser dissimulada de forma eficaz, porém não é recomendado optar por armamento de tamanho muito reduzido pois outra característica importante é a quantidade de munições que pode comportar, uma pistola muito pequena tem a capacidade de munição insuficiente para uma reação eficaz. Outro fator importante é o calibre, pois também interfere na capacidade do carregador. Há alguns anos atrás o calibre usado pela PMGO era o .40, pois acreditava-se que o calibre tinha um maior “poder de parada” termo também conhecido como “stopping power” como afirma Bosco: Esse conceito, muito difundido no passado, foi refutado e já não é aceito como verdadeiro. Hoje em dia, existem dezenas de livros sobre o tema, mesmo em português, mas como explicou o perito criminal João Bosco não é o impacto do tiro o responsável por impedir o avanço da vítima, e sim a região do corpo atingida e a quantidade de sangue perdida pela vítima (Bosco, 2022).

Segundo o manual de tiro policial da PMGO, após comparações de estudos recentes, o melhor calibre para a atividade policial é o 9x19 mm, visto a sua capacidade de penetração, bem como capacidade de munições em um carregador. Na PMGO o armamento padrão é a pistola Beretta APX, uma pistola de fabricação italiana, considerada uma das melhores do mundo. Sua capacidade de carregamento é de 17+1 e seu tamanho é facilmente velado em uso diário.

3 METODOLOGIA

O estudo sobre o tema porte velado de arma de fogo: impacto na eficiência e segurança do policial militar no horário de folga foi materializado por meio de estudos comparativos de documentos, dados e autores que abordam as técnicas, equipamentos e instruções existentes em prol do tema.

Para a realização das atividades propostas no estudo foi realizado um estudo teórico por meio de pesquisa bibliográfica e documental, coleta e análise de dados. A partir de fontes primárias, ou seja, estatísticas, documentos e registros oficiais, bem como de fontes secundárias realizadas em obras literárias, sites acadêmicos e conteúdos relacionados ao tema. É importante destacar a legislação e os princípios relevantes.

Para a etapa de coleta de dados será realizada uma pesquisa quantitativa através de um questionário aplicado a policiais da ativa da PMGO, com foco naqueles lotados na região metropolitana de Goiânia. O foco das questões será abordar o tema de uso de arma de fogo fora do serviço, periodicidade de treinos, uso de equipamentos adequados, situações vividas pelos policiais em horário de folga e a opinião sobre possíveis mudanças no Procedimento Operacional Padrão.

Após finalizada a coleta de dados e todos os desenvolvimentos teóricos e práticos realizados no estudo da legítima defesa policial militar, iniciamos a análise dos dados obtidos. Como a coleta de dados visa apresentar dados quantitativos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo consistiu na aplicação de um questionário a policiais da ativa da PMGO, com ênfase naqueles lotados na região metropolitana de Goiânia, abordando questões relacionadas ao uso de armas de fogo fora do serviço, a periodicidade de treinamentos, o uso de equipamentos adequados, as situações vivenciadas pelos policiais em seus horários de folga e suas opiniões sobre possíveis mudanças no Procedimento Operacional Padrão (POP). No total, 178 policiais responderam ao questionário e os resultados são apresentados e discutidos a seguir.

No que diz respeito à frequência de treinamento para atuação em horários de folga, os resultados revelaram que a maioria dos policiais (43,8%) treina de 1 a 3 vezes ao ano, seguidos por 19% que treinam de 3 a 6 vezes ao ano. Um percentual considerável de policiais (18,2%) realiza treinamentos de 9 a 12 vezes ao ano, enquanto 9,1% treinam de 6 a 9 vezes por ano e outros 9,1% de 6 a 9 vezes ao ano. Por fim, 9,7% dos policiais treinam menos de uma vez por ano. Esses dados indicam uma variação significativa na frequência de treinamento entre os policiais entrevistados, o que pode influenciar sua prontidão para reagir a situações de emergência durante o tempo livre.

No que tange à percepção de preparo para reagir a situações de emergência durante o tempo livre, os resultados mostraram que 46,9% dos policiais responderam que "se sentem um

tanto preparados", enquanto 28,6% afirmaram que "se sentem um pouco preparados". Por outro lado, 17,7% dos entrevistados afirmaram "se sentir muito preparados". Essa distribuição de respostas sugere que uma parcela considerável dos policiais sente que seu preparo para situações de emergência fora do serviço pode ser aprimorado.

No que concerne à percepção da relação entre o treinamento recebido e a capacidade de reagir eficazmente fora do serviço, a maioria dos policiais entrevistados (45,6%) acredita que essa relação está totalmente relacionada. Além disso, 46,6% acreditam que há uma considerável relação entre o treinamento e a capacidade de reagir eficazmente fora de serviço, enquanto 8% acreditam que há uma pequena relação. Isso sugere que a maioria dos policiais acredita na importância do treinamento recebido para melhorar sua capacidade de reagir eficazmente em situações de emergência durante o tempo livre.

Quanto ao desafio primordial identificado no treinamento para atuação fora de serviço, a maioria dos respondentes, ou seja, 55,7%, destacou o "custo elevado de instrução particular" como o fator mais significativo. Além disso, 31,3% dos participantes apontaram a "baixa oferta para este tipo de instrução pela PMGO" como um obstáculo, enquanto 30,1% mencionaram a "falta de tempo livre" como um desafio adicional.

Quando questionados sobre o tipo de coldre utilizado durante o horário de folga, a pesquisa revelou que 51,4% dos policiais optam pelo coldre de "polímero", enquanto 42,9% utilizam o coldre "kydex". Essa informação sugere uma preferência significativa por coldres de materiais específicos entre os entrevistados.

No que diz respeito à percepção de adequação dos equipamentos utilizados para garantir sua segurança durante o tempo livre, a maioria esmagadora dos policiais, ou seja, 90,9%, afirmou que os equipamentos que utilizam são adequados. No entanto, 9,1% dos participantes expressaram a opinião de que os equipamentos utilizados não são os mais adequados para garantir sua segurança durante o tempo livre.

Em relação à pergunta "Qual a principal consideração ao escolher um coldre para porte velado?", 56,3% dos participantes responderam que a "maior facilidade do saque" é a consideração principal ao selecionar um coldre. Além disso, 42,6% dos policiais mencionaram "conforto" como um fator relevante, enquanto 42% destacaram a "retenção do armamento" e 41,5% apontaram a "melhor dissimulação" como critérios importantes na escolha do coldre. Esses resultados demonstram a importância da acessibilidade da arma de fogo como um fator preponderante na seleção do coldre, indicando a necessidade de equilibrar a segurança com a eficiência de acesso.

De acordo com a pesquisa realizada por Minayo, Souza e Constantino (2007), é possível identificar variáveis críticas relacionadas às condições de trabalho que exercem influência significativa sobre o risco enfrentado pelos policiais civis. Dentre essas variáveis, destaca-se o treinamento insuficiente no manuseio de armas de fogo.

O despreparo e a falta de treinamento dos policiais militares em relação ao uso adequado de armas de fogo são questões que merecem atenção especial, pois têm implicações diretas na segurança, tanto dos próprios agentes quanto da sociedade em geral. A ausência de um treinamento adequado pode resultar em situações de risco elevado, em que a utilização de armas de fogo se torna imprecisa e ineficaz. Além disso, a falta de preparo também aumenta o potencial de ocorrência de incidentes trágicos e equívocos durante operações policiais.

Ademais, o treinamento insuficiente pode resultar em uma sensação de insegurança e desconfiança por parte dos próprios policiais, o que pode afetar negativamente seu desempenho e bem-estar psicológico. Portanto, investir em programas de capacitação mais abrangentes e regulares é essencial para mitigar os riscos associados ao uso de armas de fogo e promover um ambiente de trabalho mais seguro para os policiais militares e a comunidade em geral.

Em relação à pergunta "Você conhece algum colega policial que tenha sido vítima de violência durante o tempo de folga?", observou-se que 55,4% dos participantes responderam negativamente, indicando que a maioria dos policiais consultados não relatou conhecer colegas que tenham sido vítimas de violência durante o tempo de folga. No entanto, 44,6% dos policiais responderam afirmativamente, sugerindo que um significativo contingente de profissionais da área policial está ciente de casos de violência envolvendo colegas em momentos fora do serviço.

Ao analisar os resultados da pergunta "Em sua opinião, a falta de treinamento ou instruções adequadas têm relação com a ocorrência de incidentes fora de serviço?", verificou-se que 90,4% dos participantes responderam afirmativamente, indicando que a falta de treinamento ou instruções adequadas está relacionada aos incidentes fora de serviço, enquanto 9,6% discordaram dessa afirmação.

Quando questionados sobre sua sensação de segurança fora de serviço com armamento velado e a possibilidade de isso aumentar seu risco, 87% dos policiais responderam que se sentem seguros, ao passo que 13% acreditam que o armamento velado possa aumentar seu risco pessoal. Quanto à pergunta sobre a suficiência das orientações do Procedimento Operacional Padrão (POP) da PMGO para atuar fora de serviço, os resultados demonstraram que 41,2% dos entrevistados consideraram que as orientações são insuficientes, 30,5% acreditam que são adequadas, e 28,2% discordam da suficiência dessas orientações.

Esses resultados sugerem que a maioria dos policiais da PMGO da região metropolitana de Goiânia reconhece a importância do treinamento e instruções adequadas para evitar incidentes fora de serviço. Além disso, uma parcela significativa dos entrevistados sente-se segura com armamento velado, enquanto outros expressam preocupações quanto à segurança. A questão da adequação das orientações do POP para atuação fora de serviço revela opiniões divergentes entre os policiais, indicando a necessidade de revisão e possível aprimoramento das diretrizes existentes.

A percepção de risco entre os policiais é influenciada por diversos fatores. Parte desse risco decorre da própria natureza intrínseca da atividade policial, que frequentemente envolve situações de conflito, violência e confronto com criminosos. Além disso, outro fator importante que contribui para essa percepção de risco é o fato de que os policiais possuem o porte de arma de fogo, o que os torna alvos potenciais de agressões por parte de criminosos.

De acordo com Oliveira e Faiman (2019), essa combinação de fatores leva à expressão "vivemos uma paz armada", usada pelos autores para descrever a realidade em que os policiais se encontram. O porte de arma de fogo não apenas é uma ferramenta de trabalho fundamental para os policiais, mas também é uma fonte de constante preocupação, uma vez que aumenta a probabilidade de confrontos armados e exposição a perigos.

A posse de armas por parte de todos os agentes da lei cria uma dinâmica na qual a percepção de risco se torna uma constante, uma vez que a presença de armas de fogo gera uma sensação de vulnerabilidade entre os próprios policiais. Isso é particularmente notável em situações em que os agentes se deparam com indivíduos armados, pois a presença de armas em ambos os lados pode levar a confrontos potencialmente letais.

Esses fatores destacam a complexidade das questões relacionadas ao porte de armas no contexto policial, que vão além da mera posse da arma, envolvendo também a percepção de risco, a necessidade de treinamento adequado e o equilíbrio entre a segurança dos policiais e a segurança pública como um todo. Portanto, a discussão sobre o porte de armas no âmbito policial deve ser realizada considerando esses aspectos interligados (OLIVEIRA; FAIMAN, 2019).

No que tange à pergunta que indagava se os participantes acreditavam que deveria ser acrescentado no POP um procedimento específico para situações de injusta agressão contra o policial militar fora de serviço, observou-se que 98,8% dos entrevistados concordaram com essa proposta. Essa resposta expressiva sugere uma clara demanda por diretrizes mais específicas para situações em que os policiais militares, mesmo fora de serviço, se veem em situações de injusta agressão.

De acordo com os estudos conduzidos por Manayo, Souza e Constantino (2007), é possível constatar que os policiais, especialmente os militares e aqueles que desempenham funções operacionais em ambas as corporações, enfrentam um considerável risco de se tornarem vítimas no curso de suas atividades profissionais. Esta situação destaca um preocupante fator do trabalho policial que merece discussão e análise mais aprofundada.

Isso ocorre devido à natureza de seu trabalho, que envolve confrontos diretos com situações de conflito e criminalidade. Além do risco físico, estão sujeitos a agressões verbais, psicológicas e ações legais injustas. Medidas de suporte, treinamento e assistência psicológica são necessárias para mitigar esses riscos e promover um ambiente de trabalho mais seguro.

A elevada concordância com a inclusão de procedimentos específicos no POP indica que a maioria dos policiais entrevistados reconhece a importância de diretrizes claras e padronizadas para lidar com tais situações. Isso pode refletir uma preocupação com a segurança pessoal dos policiais fora de serviço e um desejo de receber orientações específicas para lidar com incidentes de injusta agressão quando não estão em serviço oficial.

Esses resultados ressaltam a necessidade de considerar as opiniões dos policiais ativos da PMGO ao revisar e atualizar o Procedimento Operacional Padrão, incluindo diretrizes específicas para situações de injusta agressão fora do serviço. Isso pode contribuir para promover a segurança e a eficácia das ações dos policiais militares em situações de emergência, mesmo quando não estão em serviço oficial. Portanto, os resultados da pesquisa fornecem uma base sólida para a revisão e aprimoramento das políticas e procedimentos operacionais da corporação, de acordo com as necessidades e opiniões de seus membros ativos.

5 CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa revelam uma variedade de percepções e práticas entre os policiais da ativa da PMGO na região metropolitana de Goiânia em relação ao uso de armas de fogo fora do serviço. A análise dos dados destacou a diversidade na frequência de treinamento, nas preferências de equipamentos, nas percepções de preparo e na avaliação das orientações do POP.

A constatação de que a maioria dos policiais realiza treinamentos de 1 a 3 vezes ao ano, aliada à percepção de que o treinamento está diretamente relacionado à capacidade de reagir eficazmente fora do serviço, ressalta a importância de investir em programas de capacitação mais abrangentes e regulares. A identificação do "custo elevado de instrução particular" como

o desafio primordial no treinamento destaca a necessidade de abordar questões financeiras para garantir que todos os policiais tenham acesso a treinamentos adequados.

A percepção de risco entre os policiais, influenciada pela natureza intrínseca da atividade policial e pelo porte de arma de fogo, destaca a complexidade das questões relacionadas à segurança pessoal e à segurança pública. A maioria dos entrevistados reconhece a importância de diretrizes específicas para situações de injusta agressão fora do serviço, indicando a necessidade de revisão e aprimoramento do POP.

Diante desses resultados, fica evidente a importância de considerar as opiniões e experiências dos policiais ativos no processo de revisão e atualização das políticas e procedimentos operacionais da corporação. A inclusão de diretrizes específicas para situações de injusta agressão fora do serviço no POP pode contribuir significativamente para a segurança e eficácia das ações dos policiais militares em momentos críticos.

4 REFERÊNCIAS

_____. **Os segredos do porte de arma.** Disponível em: <<https://infoarmas.com.br/os-segredos-do-porte-de-arma/>>. Acesso em 07 de out de 2023.

_____. **Pochetes, bolsas e armas!** Disponível em: <https://infoarmas.com.br/pochetes-bolsas-e-armas/>. Acesso em 07 de out de 2023.

_____. **Porte velado de armas de fogo – Parte I.** Disponível em: <<https://infoarmas.com.br/porte-velado-de-armas-de-fogo-parte-i/>>. Acesso em 07 de out de 2023.

_____. **Porte velado de armas de fogo – Parte I.** Disponível em: <<https://infoarmas.com.br/porte-dissimulado-de-armas-de-fogo-parte-3/>>. Acesso em 07 de out de 2023.

_____. **Porte velado de armas de fogo – Parte III.** Disponível em: <https://infoarmas.com.br/porte-velado-de-arma-de-fogo-parte-iii/>. Acesso em 07 de out de 2023.

_____. **As características do confronto armado envolvendo policiais e algumas reflexões.** Disponível em: <https://infoarmas.com.br/as-caracteristicas-do-confronto-armado-envolvendo-policiais-e-algumas-reflexoes/>. Acesso em 07 de out de 2023.

CÂMARA, Olga. Polícia brasileira: a que mais mata e a que mais morre. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5884, 11 ago. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74146>. Acesso em: 7 out. 2023.

COOPER, John Dean. **The Combat Mindset.** American Handgunner, San Diego, v.10, nº 53, edição julho/agosto p. 27-56, jul. 1985.

FBSP. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** Disponível em: <[anuario-2023-texto-02-as-mortes-de-policiais-em-2022.pdf](#)> (forumseguranca.org.br)>. Acesso em 07 de out de 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Mortes Violentas Intencionais**. Disponível em: <[FBSP \(forumseguranca.org.br\)](http://forumseguranca.org.br)>. Acesso em 07 de out de 2023.

GIVENS, Tom. **State of Awareness, the Cooper Color Codes**. 2014. Disponível em: <<http://www.shielddefensetraining.com/wp-content/uploads/2014/07/State-of-Awareness.pdf>>. Acesso em 07 de out de 2023.

IBGE. PNAD - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>>. Acesso em 07 de out de 2023.

MELLO, C. M. A.; NUMMER, F. V. **A questão do risco na profissão policial militar: avanços e desafios**. In.: FRANÇA, F. G.; SANTOS, C. E. B. (Orgs.). Estudos em segurança pública: direitos humanos, polícia e violência. João Pessoa: Ideia, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 2767-2779, 2007.

OLIVEIRA, Thamires Sousa de; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 607-615, 2019.

PELEGRINI, Antônio de Jesus Neres; SANCHES, Clives Pereira. **PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO NA PMGO**. 2022. Procedimento Operacional Padrão / Polícia Militar do Estado de Goiás. 4ª edição – Goiânia: PMGO, 2022.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. **Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas**. Estudos avançados, v. 11, p. 117-134, 1997. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf>>. Acesso em 07 de out de 2023.

SANTOS, Irlan Massai Calaça. **Mentalidade tática policial & as quatro etapas do treinamento de alto rendimento**. 1º ed. – Juiz de Fora MG: Editora Garcia, 2021.

ZILLI, Luís Felipe. **Letalidade e vitimização policial: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros**. 2018.

APÊNDICE

Questionário eletrônico

Sobre o Treinamento Policial Militar

1.1 Com que frequência você treina para atuação em horários de folga?

- De 1 a 3 vezes ao ano
- De 3 a 6 vezes ao ano
- De 6 a 9 vezes ao ano
- De 9 a 12 vezes ao ano
- Menor que 1 vez ao ano

1.2 Você se sente preparado para reagir a situação de emergência durante seu tempo livre?

- Não me sinto preparado
- Me sinto um pouco preparado
- Me sinto um tanto preparado
- Me sinto muito preparado

1.3 Você acredita que há relação entre o treinamento recebido e sua capacidade de reagir eficazmente fora de serviço?

- Acredito que há uma pequena relação
- Acredito que há uma considerável relação
- Acredito que está totalmente relacionado

1.4 Em sua opinião, qual é o principal desafio enfrentado no treinamento para atuação fora de serviço?

- Baixa oferta para este tipo de instrução pela PMGO
- Custo elevado de instrução particular
- Falta de tempo livre
- Outro:

Sobre os Equipamentos e Técnicas de Combate

2.1 Que tipo de coldre você usa durante o horário de folga?

- Kydex
- Polímero
- Couro
- Neoprene
- Não utilizo coldre para porte velado

2.2 Você acredita que os equipamentos que você utiliza são os mais adequados para garantir sua segurança durante o tempo livre?

- Sim
- Não

2.3 Qual a principal consideração ao escolher um coldre para porte velado?

- Retenção do armamento
- Conforto
- Melhor dissimulação
- Maior facilidade do saque

Sobre a Vitimização Policial em Horário de Folga

3.1 Você conhece algum colega policial que tenha sido vítima de violência durante o tempo de folga?

- Sim
- Não

3.2 Em sua opinião, a falta de treinamento ou instruções adequadas têm relação com a ocorrência de incidentes fora de serviço?

- Sim
- Não

3.3 Você se sente seguro fora de serviço com o armamento velado, ou acredita que isso possa aumentar seu risco?

- Me sinto seguro
- Acredito que aumente o risco

Sobre o Procedimento Operacional Padrão

4.1 Você acha que as orientações do Procedimento Operacional Padrão (POP) da PMGO são suficientes para atuar fora de serviço?

- Não acho que são suficientes
- Acho que são pouco suficientes
- Acho que são suficientes

4.2 Você acredita que deveria ser acrescentado no POP um procedimento específico para situações de injusta agressão contra o policial militar fora de serviço?

- Sim
- Não